

MOBILIDADE HUMANA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E AUTO-SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR PARA O NOROESTE PARANAENSE

Márcio Mendes Rocha¹
Márcio Roberto Ghizzo²
Valkiria Trindade de Almeida Santos³
Diego Ventura⁴
Fábio Eduardo Padovani⁵

Resumo: No âmbito da Geografia Humana, estudos que tratam das pequenas cidades têm ganho relevância nos últimos anos. Diante das intensas e profundas alterações que o sistema capitalista tem proporcionado à produção territorial urbana, as pequenas cidades têm buscado formas de superar as dificuldades encontradas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar o Projeto Xetá, proposto para a microrregião Consad Entre Rios, situada no noroeste paranaense, no que condiz ao desenvolvimento de estratégias que visam otimizar a economia local e conter o fluxo evasivo da população. Para tanto, procuraremos abordar temas relacionados ao desenvolvimento local auto-sustentável e à Mobilidade Humana e o papel da geografia nesses estudos, finalizando com uma breve explanação do projeto para os municípios desta microrregião. Esta iniciativa é da equipe Unitrabalho que intenta minimizar as conseqüências das transformações territoriais.

Palavras chaves: desenvolvimento local, auto-sustentabilidade, noroeste paranaense.

Introdução:

As transformações territoriais têm encontrado relevância nas pesquisas da Geografia Humana. Diante do intenso processo de metropolização e crescimento urbano das cidades médias, verificado deste as últimas décadas, percebe-se a emergência das pequenas cidades em empreender ações que visam otimizar sua forma de sustentabilidade econômica.

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido em seu caráter social e econômico, vinculado às políticas de governança que intentam, entre outros, gerar condições de manutenção da qualidade de vida da população local, com seus laços

¹ Doutor em Geografia Humana, professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. mmrocha@uem.br - membro do POTE.

² Mestre em Geografia pela UEM, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Toledo e membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. marcioghizzo@utfpr.edu.br; [membro](#) do POTE.

³ Mestranda em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – valkiriats2006@gmail.com – membro do POTE.

⁴ Acadêmico do 3º ano de Geografia – membro do POTE - fpadovani@uol.com.br

⁵ Acadêmico do 3º ano de Geografia – membro do POTE - ventura_geografia@yahoo.com.br

de identidade ao lugar e pertencimento regional. Neste sentido, estaremos relacionando este conceito com o desenvolvimento local das pequenas cidades.

Acreditamos que uma das formas de se entender as reais condições da população de uma determinada região é por meio da análise da Mobilidade Humana (ROCHA, 1998). Perceber os movimentos que a população realiza deve sinalizar pistas para uma melhor e mais apurada compreensão das transformações territoriais que esta região tem se submetido.

Nosso trabalho tem como lócus de estudos a microrregião Consad Entre Rios, (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local Entre Rios), com sede administrativa em Umuarama-PR. Este consórcio é composto por trinta e dois municípios, mas enfatizaremos, neste trabalho, apenas nove: Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Guaporema, Maria Helena, Nova Olímpia, Rondon, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste.

Ressaltamos ainda que estes municípios participam do “Projeto Xetá”, desenvolvido pelo núcleo da Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, o qual objetiva desenvolver ações de sustentabilidade para estes municípios e sua população por meio de indicadores que destacam aspectos das inovações tecnológicas locais.

1. Sustentabilidade e Desenvolvimento Local

Na contemporaneidade, o uso da expressão “sustentabilidade” tem ganho relevância em função, principalmente, das questões de ordem ambiental. Porém, acreditamos ser necessário salientar que este termo pode, dependendo da finalidade, ser usado de outras maneiras. Devemos ter cuidado para não restringir seu uso ao senso comum. Afinal, seu conceito é mais amplo e deve ser tratado adequada e cientificamente.

Estudos têm revelado que ao longo do último século a população mundial se multiplicou mais de três vezes e as atividades produtivas alteraram aproximadamente metade do território habitado. Além das conseqüências ambientais, que não podem ser minimizadas, esta causa também interferiu nas relações humanas, como as sociais, espaciais e econômicas.

Na atualidade, estas transformações agravaram ainda mais a distância dos espaços desenvolvidos com aqueles subdesenvolvidos, permitindo que a pobreza seja uma das causas mais comprometedoras desta discrepância sócio-econômica. Neste sentido, a sustentabilidade social é uma ação vinculada ao princípio da melhora da qualidade de vida da população na sua totalidade. (BUSS, 2007)

Haq (2008) lembra que a sustentabilidade deve ser entendida como equidade distributiva que compartilha oportunidades de desenvolvimento entre gerações, assegurando equidade geracional de oportunidades. Dentre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, a sustentabilidade é um dos componentes essenciais para o paradigma do desenvolvimento humano, proporcionando, além da equidade (igualdade de oportunidades e não necessariamente de resultados), produtividade (investimento humano e macro-econômico) e empoderamento (retirar as pessoas e nações pobres de situações de caridade permanente).

Em tempos de Globalização, como já citado, percebe-se uma atenção especial em direção ao desenvolvimento local como tentativa de solução, ou ao menos minimização, de algumas questões.

No que concerne à Geografia, cabe situar a importância do local enquanto espaço de vivência e pertencimento das pessoas no território que habitam. Isso ultrapassa questões econômicas e envolve mais que auferir renda. Afinal, as pessoas desejam mais do que empresas e trabalho remunerado: ambicionam um desenvolvimento local sustentável.

Sob a questão local, Santos (2004) afirma que a sociedade a ser construída deve ser aquela em que todos participam, além da construção coletiva, também de seus resultados. Compreendemos que não adianta uma sociedade local ser usada apenas enquanto mão-de-obra. Afinal, e posteriormente? Quais serão as conseqüências?

Desta forma, entendemos ser imprescindível respondermos á questão: que tipo de desenvolvimento local será aplicado? Ou seja, ele atende apenas interesses do capitalista ou também contempla a sociedade de forma integral? Salientamos que há diferenças entre as iniciativas capitalistas que se desenvolvem “no” local, ao invés de trazer desenvolvimento “ao” local e que esta “inclusão” dos

trabalhadores ocorre na medida dos interesses de reprodução do capital, configurando, neste caso em “exclusão”. Esta situação pode ainda ser agravada quando há também uma mudança estrutural nas relações de trabalho. Esta situação gera exclusão a partir do bloqueio de possibilidades e opções para a emancipação e auto-realização dos habitantes dos municípios envolvidos. Para que haja o desenvolvimento local, este deve ser pensado pela e para a população, a qual deve se tornar agente e não apenas elemento na construção social.

2. O conceito de Mobilidade Humana

Neste item procuraremos tratar brevemente de algumas considerações sob o conceito de Mobilidade Humana desenvolvido por Rocha (1998), o qual deve ser entendido como fator preponderante para a compreensão da dinâmica territorial, principalmente no que tange à dinâmica da população.

A mobilidade enquanto categoria científica é utilizada constantemente para explicar os movimentos dos homens em suas mais diversas instâncias. Os estudos populacionais, as migrações e as mobilidades são noções que tratam de investigar a dinâmica do desenvolvimento das sociedades. No que concerne à geografia, busca-se o nexos territorial deste fenômeno tão amplo e complexo.⁶

Salientamos que a Mobilidade Humana é constituída por três ordens de mobilidade: mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social. Enfatizamos ainda que este conceito foi desenvolvido à luz do Marxismo, onde o desenvolvimento social e o econômico são relevantes.

Numa sinopse deste conceito, devemos entender que a Mobilidade Física usa, para sua análise, a quantificação de fluxos e/ou refluxos de contingentes de população, ou, ainda, da quantidade demográfica. Estes estudos se inserem em diversas espacialidades (rural-urbana, inter-urbana, inter-regional ou ainda internacional ou externa), e podem ser subdivididos segundo a escala de tempo em micromobilidade (para os deslocamento pendulares) e macromobilidade (para os movimentos de maior duração).

⁶ Rocha, Marcio Mendes. A Espacialidade das Mobilidades Humanas – Um Olhar para o Norte Central Paranaense. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998;

A segunda ordem de mobilidade é a Mobilidade Social e refere-se a um movimento vertical dos indivíduos nas classificações de classes sociais. Aplica-se, portanto, a tarefa de analisar, interpretar e compreender as mudanças que ocorrem na população, diante da posição ocupada nesta estrutura.

A terceira ordem destes estudos refere-se à Mobilidade Centrada no Trabalho: a principal causa que leva os homens a se dinamizarem pelo espaço geográfico. Esta é a ordem de mobilidade que veicula a concretização das ordens anteriores: a física e a social. Esta mercantilização dos homens deveria ser vista como fato natural, pois cada indivíduo é dotado de uma “força de trabalho”, entendida como uma mercadoria de posse do trabalhador capaz de produzir outras mercadorias a serviço do capitalista.

Ressaltamos que o objetivo deste item não é tratar do assunto de forma exaustiva, mas fornecer uma ambientação de leitura desta temática que se apresenta no rol das ciências humanas de forma um tanto complexa.

A Mobilidade Humana é percebida de forma mais veemente no processo de submissão do trabalho ao capital, a partir do conceito de mais-valia, de modo que a migração leva em consideração as contradições do processo social.

Nestas implicações, percebemos a complexidade que influencia na Mobilidade Humana, destacando a ordem fundamental: a mobilidade do trabalho (da força-do-trabalho). Trata-se de uma mobilidade onde o trabalhador se submete às premissas do capital. Desprovido do acesso ao trabalho, o indivíduo tem na venda de sua força-de-trabalho uma condição vital para si e sua família. (GAUDEMAR, 1977; ROCHA 1998)

Contextualizando com este trabalho, quando um município não apresenta desenvolvimento local integral e sustentável, as pessoas encontram na mobilidade do trabalho uma das poucas possibilidades de sobrevivência. Trata-se de uma mobilidade horizontal, que interliga circuitos espaço-territoriais, seja no sentido campo-cidade ou cidade-cidade, procurando sanar deficiências de desenvolvimento local.

A Mobilidade Humana nestes municípios pode acontecer sob duas situações que limitaram as chances de desenvolvimento sustentável. A primeira, diz respeito ao vazio demográfico que se desenha no lugar de origem, rompendo a

tradição da agricultura familiar e comprometendo a função social da terra; a segunda se refere aos conflitos urbanos dos maiores centros que recebem essa população, figurados, entre outros, na marginalidade social, no aumento da criminalidade e no desemprego.

3. Economia Solidária: Alternativa à Evasão Populacional

A evasão populacional de trabalhadores para grandes centros urbanos está diretamente relacionada a falta de emprego nas cidades periféricas e regiões rurais.

O Brasil no século XX, especialmente, nas décadas de 1960 e 70, vivenciou uma desenfreada evasão populacional rural, um intenso fluxo migratório do campo para cidade.

Esse processo desencadeado, principalmente, pela inserção do capitalismo no campo, no chamado período do “milagre brasileiro”, visava transformar o pequeno produtor rural em grande agro-produtor/exportador. Com o mau direcionamento das políticas públicas de incentivo ao crédito, o pequeno produtor, em maioria, endividou-se, vendo-se obrigado a vender sua propriedade ou arrendá-las. Sem trabalho no campo e com a crescente industrialização que impulsionava economicamente as cidades capitalistas, o trabalhador rural vislumbrava uma nova perspectiva, “viver e trabalhar na cidade”.

Fenômeno parecido com o vivenciado na década de 1970 ocorre atualmente em pequenas cidades periféricas, geralmente, localizadas no interior dos Estados, onde grande número de habitantes sem fonte de renda, desempregados e desprovidos de políticas públicas que os auxiliem, vêem-se obrigados a buscar uma nova alternativa nos grandes centros industriais, metrópoles ou cidades industrializadas.

Porém, esses centros industriais e as próprias cidades de grande porte não conseguem absorver toda mão-de-obra disponibilizada o que agrava ainda mais o já demasiado quadro de exército de reversa de trabalhadores, culminando numa exacerbada crise urbana de caráter social, com desdobramentos variados.

O quadro da economia capitalista dita que grandes empresas instalem-se em pólos estratégicos, onde obtenham mão-de-obra e matéria-prima em excesso, tornando a procura por emprego maior que a demanda, o que proporcionará uma precarização dos salários e, conseqüentemente, a maximização dos lucros, nesse aspecto pequenas cidades acabam no ostracismo da evolução industrial.

SINGER (1999) trata que a crise do desemprego é agravada pelo progresso tecnológico e seria uma luta inglória tentar barrar esse progresso. Aborda ainda que há soluções capitalistas e não-capitalistas para o desemprego.

A solução capitalista ao desemprego é norteadada, na maioria das vezes, em oferecer ao trabalhador um treinamento técnico-profissional em um determinado ramo de atividade e prover oportunidades para que este trabalhador comece seu próprio negócio, geralmente, uma microempresa prestadora de serviços a outras empresas. Vale salientar que apenas o conhecimento, o domínio tecnológico e o maior nível de qualificação não indicam o fim do desemprego, pode ocasionar uma maior concorrência entre os mais qualificados. Uma melhor qualificação profissional caberia ao trabalhador individual, que teria vantagens na “luta” por um emprego. Essa tendência do capitalismo não dá ao trabalhador uma oportunidade certa de entrar com sucesso em um mercado já muito competitivo.

Em síntese a falta de emprego e políticas públicas que auxiliem o trabalhador desempregado a obter uma fonte de renda, faz com que a tentativa de emprego em alguma grande cidade torne-se sua última alternativa para conseguir incorporar-se à economia capitalista.

O fluxo cotidiano de trabalhadores para os grandes centros, hoje ocorre, não devido a uma política de “industrialização do campo” como visto na década de 1970, mas sim por falta de uma política econômica que proporcione a esse trabalhador uma perspectiva de obtenção de renda seja no campo ou na cidade, um novo caminho que não direcione o trabalhador a migrar para um grande centro já saturado de indivíduos que buscam oportunidades.

A economia solidária surge como uma solução não-capitalista ao desemprego, um principio de geração de renda baseado na perspectiva de oferecer a massa socialmente excluída uma oportunidade real, justa e digna de se reinserir na economia, ou seja, criar oportunidade com o desenvolvimento local em

alternativa ao desemprego e como contenção da evasão populacional para os grandes centros.

O Desenvolvimento Local à luz da Economia Solidária como alternativa para conter a evasão populacional de pequenos municípios periféricos para grandes centros, baseia-se em despertar e incentivar o empreendedorismo, buscando parcerias com o poder público organizando-se em forma de cooperativismo e associativismo.

Essas ações em pequenas cidades podem gerar empregos, aumentar a renda e “frear” o processo de deslocamento populacional para os grandes centros, proporcionando melhoras na qualidade de vida da população.

A Economia Solidária busca um desenvolvimento baseado na valorização do ser humano, visando o Desenvolvimento Sustentável da sociedade e a Auto-Gestão. Este sistema realiza a inclusão social, baseado no poder de cooperação entre os participantes e atua resgatando a dignidade dos trabalhadores.

4. A Participação da Geografia Mediante o Desenvolvimento Sustentável e a Economia Solidária

Para relacionarmos o papel da geografia com os termos mencionados nesse tópico primeiramente devemos esclarecer o real significado de cada um deles, já que alguns significados são distorcidos devido a má interpretação de seus reais significados.

O Desenvolvimento Sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores”: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

Os principais elementos do Desenvolvimento Sustentável são: sociedade, economia, cultura e ambiente.

- Sociedade: uma compreensão das instituições sociais e seu papel na transformação e no desenvolvimento.
- Ambiente: a conscientização da fragilidade do ambiente físico e os efeitos sobre a atividade humana e as decisões.
- Economia: sensibilidade aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no ambiente, com o comprometimento de reavaliar os níveis de consumo pessoais e da sociedade.
- Cultura: é geralmente omitido como parte do DS (Desenvolvimento Sustentável). Entretanto, valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo associados à cultura formam um dos pilares do DS e uma das bases da EDS (Educação para o Desenvolvimento Sustentável).

Segundo SINGER, “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas de trabalhadores eram tentativas de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.”

Diante das agressões do capitalismo selvagem e elitizado que predomina e impõe seus mandamentos à sociedade “escrava”. A Economia Solidária aparece para suprir a necessidade desta classe que tanto produz e nada recebe em troca, onde ao mesmo tempo a parte coligada ao capitalismo recebe fortunas surreais. Com essas desigualdades sociais que este sistema proporciona, a Economia Solidária desempenha um papel fundamental para que tal desigualdade seja, aos

poucos, eliminada. Esse sistema possibilita o desenvolvimento econômico de uma determinada localidade ou região, abordando quais são as potencialidades que ali se encontram e não são aproveitadas, formando sistemas de produtividade e trabalho homogêneos favorecendo as classes trabalhadoras que são massacradas pelo capitalismo.

No Brasil os propagadores deste conceito solidário são ongs como Unitrabalho, Unisol entre outras, além de grandes nomes consagrados como Paul Singer.

A Geografia como uma ciência onde seu objeto de estudo é o espaço (não o espaço cartesiano), mas sim o espaço produzido através das relações entre o homem e o meio. Tornando-se fundamental para o entendimento de fenômenos sociais, físicos, culturais entre outros.

Quando falamos de desenvolvimento sustentável e economia solidária a geografia tem uma participação bastante significativa no desenrolar destes processos, perante aos fatos a serem questionados, estudados e examinados de maneiras minuciosas com objetivo claro de ordenação destes processos.

Como vimos são quatro os elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a geografia está ligada de maneira direta a todos eles, sendo uma ciência fundamental para o entendimento mais amplo e coerente de temas que são, hoje, de extrema importância para o futuro cada vez mais apreensivo para humanidade.

Dentro da economia solidária a geografia volta-se aos diagnósticos, recebendo a função de verificar quais são as potencialidades produtivas que se encontram no local estudado, esse tipo de tarefa é feita através de pesquisas socioeconômicas, levantamentos históricos, entrevistas e discussões, engendrando o estudo preliminar da cidade. Com isso os resultados obtidos são fundamentais para o desenvolvimento vitorioso do processo de formação cooperada ou associada dos trabalhadores.

5. O Projeto Xetá na Consad-EntreRios

O Projeto Xetá refere-se à uma ação que visa a sustentabilidade da microrregião Consad-Entre Rios a partir do investimento na agricultura familiar como forma de desenvolvimento local, no intuito de provocar o desenvolvimento sustentável integral e a inclusão social. Salientamos ainda que este projeto tem sua gênese no grupo de estudos de Diagnóstico de Potencialidades Locais - POTE, o qual reúne estudantes e pesquisadores de Geografia e vincula-se, numa instância maior, à equipe da Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá.

O projeto é fruto de pesquisas sobre as questões relacionadas aos problemas de fixação do homem no campo, o que desencadeia um processo de esvaziamento populacional e conseqüentemente compromete o desenvolvimento sustentável. Os estudos baseiam-se nos dados demográficos de 1991 e 2000, os quais revelam a contínua perda de população, evidenciando a dificuldade que os municípios têm na auto-sustentabilidade.

Os municípios integrantes da região em estudo estão sendo fortemente influenciados pela monocultura da cana-de-açúcar, embora também exista propriedades familiares que se dedicam a produção leiteira, porém em condições precárias.

Esta região teve, na década de 1970, o café como principal produto cultivado, seguido pelo algodão. A partir da primeira metade da década de 1970, com a ocorrência de fortes geadas, em especial no ano de 1975, e com efeitos da política nacional de incentivo à erradicação de cafezais, a região passou por uma profunda crise econômica e social. Somado a isto, a modernização conservadora da agricultura paranaense, otimizou as alterações na estrutura fundiária, na pauta de produtos e na utilização de insumos.

Com estas inovações houve uma reestruturação completa do sistema produtivo, provocando enormes conseqüências sócio-econômicas, representadas, principalmente, pela mobilidade populacional.

Houve também profundas alterações na estrutura fundiária, levando à concentração de terras. A população, que antes ocupava o campo, abandonou suas culturas e migrou em massa para o meio urbano em busca de trabalho e condições de sobrevivência.

Com esta crise, a busca de alternativas passou a diferenciar as propriedades. De forma geral os grandes proprietários migraram da cultura do café para a pecuária de corte, enquanto os pequenos passaram a se ocupar com outras atividades, como a leiteira. Da produção leiteira, passando pelos cereais, pela fruticultura e sericicultura, a agricultura familiar vem buscando alternativas de desenvolvimento do seu território.

A partir do início da década de 1980, esta região passou a assistir à eclosão do cultivo da cana, com a implantação de sete usinas açucareiras. Mesmo aquelas que iniciaram como cooperativas, hoje constituem empresas privadas.

O processo de identidade do território-região possui vários fatores favoráveis à construção do desenvolvimento local. Afinal, os municípios participam da mesma microrregião homogênea e se organizam na mesma associação de municípios, a Amerios.

5.1. O Projeto Xetá como estratégia de ação sustentável.

O objetivo deste projeto é formar extensionistas que vivem nas propriedades familiares e desenvolvem atividades no setor leiteiro, tendo como foco a gestão participativa das unidades produtivas à luz da economia solidária, orientando os trabalhos para a formação de uma associação e/ou cooperativa regional, visando a integração dos proprietários/produtores familiares dos municípios da microrregião.

Pretende-se, neste projeto, estimular e capacitar jovens trabalhadores do campo para que introduzam, a partir de seu cotidiano na propriedade, novas perspectivas de gestão e produção visando otimizar os ganhos na propriedade valorizando as atividades regionais

Uma rede de integração/interação será constituída entre as unidades produtivas atendidas no projeto, buscando a construção de sinergias no âmbito da produção, circulação e consumo dos produtos.

5.2 Metas do Projeto Xetá:

As principais metas do Projeto Xetá são:

I – Capacitar produtores vinculando o conhecimento e as práticas com o cotidiano;

II – Consolidar uma rede de integração/interação, integrando produtores familiares e estabelecendo melhores condições de intervenção no mercado;

III – Otimizar a produção de leite e derivados por meio de uma gestão mais eficiente da propriedade ou o conhecimento de práticas e ações apresentadas por um membro da família, o que pode trazer um impacto qualitativamente diferente na produção;

IV – Melhorar a renda familiar, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos municípios e produzindo efeito comparativo entre outros produtores que, constatando a otimização da produção e um aumento efetivo da produtividade, poderão se agregar a este novo circuito alternativo de uma economia solidária.

5.3. Indicadores de avaliação do progresso do projeto⁷:

O projeto Xetá é um projeto de intervenção que busca quantificar a produção, qualificar o produto e, se for o caso, avaliar a diversidade de produtos derivados. No intuito de otimizar as ações a serem desenvolvidas, poderemos estabelecer um acompanhamento cronológico das práticas que irão ser implantadas.

Na região em questão, o pequeno produtor tem observado a expansão crescente dos plantios de cana e a velocidade com que essa realidade vem acontecendo, incorporando espaços rurais que anteriormente eram policultores. Observa-se ainda que vários produtores estão arrendando suas terras para as usinas de açúcar e álcool, pois, num primeiro instante, garante uma renda maior para a sobrevivência de sua família.

O Brasil pode ser dividido em duas principais áreas produtoras de cana-de-açúcar: a região Norte/Nordeste e a região Centro/Sul. Contudo o Paraná vem crescendo sua média de produção, ficando atrás somente da produção paulista.

⁷ Indicadores são sinalizadores da meta desejada. Podem ser traduzidos em número, percentual, descrição de processos ou fatos que indiquem a mudança qualitativa e/ou quantitativa de uma condição específica.

A concentração do setor sucroalcooleiro paranaense está na região Norte com maior incidência na vertente Noroeste. Ao todo, de acordo com a Associação de Produtores de Açúcar e Alcool do estado do Paraná, a região Norte possui 29 unidades em funcionamento (09 destilarias e 20 usinas) e 03 usinas em construção, no total de 552.412 hectares ocupados: a terceira maior área do Estado (a liderança cabe à soja e ao milho). (DERAL / SEAB)

O espaço de estudo e desenvolvimento do projeto será as cidades instaladas em regiões onde IDH é menor que a média paranaense. O projeto é de fundamental importância tendo em vista que cria possibilidades de ampliação e inserção dos trabalhadores ao trabalho e à renda. Também deve fortalecer suas atividades econômicas retendo o homem no campo, diminuindo o êxodo rural e proporcionando condições de diminuição da repulsão da população, minimizando a mobilidade física e gerando condições da mobilidade social ascendente.

O projeto também deve contribuir na tentativa de trazer novas perspectivas de fortalecimento das atividades dos pequenos agricultores, valorizando a agricultura familiar, visto que a região noroeste é composta por muitos pequenos proprietários, além de valorizar a produção local e estimular a diversificação da produção agrícola, condicionando uma sustentabilidade territorial satisfatória.

Considerações Finais

Embora o projeto Xetá não esteja concluído, nosso interesse neste trabalho foi verificar que o desenvolvimento sustentável só acontece efetivamente em sua forma integral, ou seja, ao contemplar a inclusão social. Quando políticas públicas tentam, de alguma forma privilegiar apenas a questão ambiental, está “praticando” um desenvolvimento parcial, limitando a potencialidade e viabilidade deste conceito. A partir da inclusão das pessoas, principalmente nas questões relacionadas à geração de trabalho e renda, é que poderá efetivar-se o pleno desenvolvimento dos espaços territoriais.

A dinâmica espacial do homem possui a competência de revelar aspectos de ordens econômica, social, política e ambiental que sinalizam para uma maior compreensão das transformações territoriais mais recentes. É, neste sentido, que

abordamos em nossos estudos o conceito de Mobilidade Humana, sob o qual delineamos nossas reflexões.

Por fim, numa iniciativa da Unitrabalho/UEM, profissionais de diversas áreas têm atuado na região Consad Entre Rios no intuito de promover a sustentabilidade local, tendo, como principal estratégia, o projeto Xetá. Trata-se de uma iniciativa de um grupo de pesquisadores que objetivam, entre outros, fixar o homem no seu lugar, fortalecendo o sentimento de pertencimento por meio da ascensão e prosperidade sócio-econômica. Lembramos ainda que este projeto está em andamento e, por esta causa, as considerações finais não pendem para uma concepção acabada. Mas, ao contrário, sinaliza que este tema precisa ainda ser investigado e a Geografia é uma das ciências que melhor sintetiza este aspecto.

Referências

BUSS, Paulo Marchiori – **Globalização, Pobreza e Saúde, Ciência & Saúde Coletiva**, vol.12, nº 6, Rio de Janeiro: 2007;

Consórcio CDS/UnB – Abipti – **Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2000;

CORREA, Volnei Alves, Economista, Administrador, Mestrado em Administração pela Universidade de Syracuse, NY, USA: Consultor Organizacional e Ecologista, 2008.

GAUDEMAR, Jean P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Estampa: 1977.

HAQ, Mahabub. **Introdução ao Desenvolvimento Humano: Conceitos Básicos e Mensuração – O Paradigma do Desenvolvimento Humano – PUC**. Minas Virtual: 2008.

ROCHA, Márcio Mendes Rocha. **A espacialidade das Mobilidades Humanas – Um olhar para o norte central paranaense**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998;

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2ª edição.

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. Contexto, ed. 3, 1999.